

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SEÇÃO DE ENGENHARIA

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

OBRA: REFORMA SEDE TRE-RN

Cálculo do BDI, segundo fórmula do Acórdão 2622/2013-TCU-Pleno:

ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Administração Central	AC =	5,50%	3º quartil
Lucro	L =	8,96%	3º quartil
Seguro e Garantia	S + G =	0,80%	médio
Riscos	R =	1,27%	médio
Despesa Financeira	DF =	1,23%	médio
Tributos	I =	6,65%	

BDI =	27,102%
--------------	----------------

ISS = 5% sobre 60% da nota
PIS = 0,65%
COFINS = 3%

Notas:

1) Premissas:

- A planilha de cálculo de BDI **NÃO SERÁ DESONERADA**, consoante suspensão de efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU Plenário, concedida no despacho do relator, Min. Raimundo Carreiro, no processo TC 013.515/2013-6- TCU, em pedido de reexame com efeito suspensivo;
- O cômputo de administração central foi considerado no 3º quartil, já que o Cartório Eleitoral de Assu não se encontra inserido em um grande centro da região metropolitana e a sua planilha orçamentária não contempla a administração local da obra;
- O cômputo de lucro foi considerado no 3º quartil, considerando que o montante da contratação para reforma/manutenção do imóvel é pequeno, e não deve atrair muitas empresas interessadas em participar da licitação para o serviço;
- O cômputo de seguro e garantia foi considerado no quartil médio;
- O cômputo de riscos foi considerado no quartil médio;
- O cômputo de despesa financeira foi considerado no quartil médio;
- Para o cômputo de tributos, foi considerado o ISSQN padrão de Natal/RN, de 5% sobre o valor dos serviços. Vide parágrafo 3º do Art. 54 e o Art. 63 da [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.natal.rn.gov.br/semut/legislacao/decreto/decreto8.162_5.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/semut/legislacao/decreto/decreto8.162_5.pdf)
- Quanto ao PIS e COFINS, as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS **devem apresentar demonstrativo** de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

José Haroldo Machado Júnior

Analista Judiciário - Engenheiro

CREA 190.067.756-3

SENGE/COADI/SAOF